

Proposta divide as opiniões na Comissão

A discussão foi provocada pelo deputado Lázaro Barbosa (PMDB-GO) que entregou ao presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho, requerimento pedindo a deflagração do processo de cassação de mandatos políticos dos parlamentares envolvidos. O PT também fez a mesma sugestão. O assunto foi debatido na sessão secreta de ontem e depende do aval das lideranças partidárias, que serão consultadas nos próximos dias.

Mesmo sem ter provas conclusivas de corrupção contra os integrantes do grupo que comandou as negociações do Orçamento, os membros da CPI apontam sinais incontestáveis de falta de decoro parlamentar e não querem esperar o término das investigações para iniciar o processo de punição. A proposta já enfrenta resistências dentro da CPI, entre elas a do relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). Ele acha que somente ao final das investigações os pedidos para perda de mandato dos parlamentares envolvidos devem ser formulados. "Devemos dar uma pancada só", afirmou Magalhães.

Mas no entender de Lázaro Barbosa, "na medida em que a CPI tenha um grau de convicção que possa formar um juízo de valor, ela terá condições de fazer relatórios parciais. E com base nesses relatórios parciais, as mesas da Casa poderão dar início ao processo de cassação de manda-

tos", explicou o deputado, que garante já ter feito algumas sondagens bem-sucedidas junto a outras lideranças sobre a sua idéia. O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-BSB) foi mais enfático ao descartar a proposta de Lázaro Barbosa. Acha que a cassação de mandatos "a toque de caixa" só deve interessar a quem está à procura de bodes expiatórios.

Cautela — Na defesa de sua proposta, o deputado Lázaro Barbosa fez questão de ressaltar que toda a questão deve ser analisada com muita cautela. "É muito delicado pois estamos julgando nossos companheiros do Legislativo". O parlamentar goiano — contudo —, sustentou que não será bom para o Congresso, como instituição, que se prolongue a punição dos culpados no escândalo descoberto na Comissão de Orçamento. "Uma demora só irá criar dúvidas na sociedade. Temos que amputar o membro gangrenado", reiterou.

"A sociedade precisa entender que o Congresso Nacional não é composto só de patifes", acrescentou Lázaro Barbosa ao prever que o movimento de "limpar o País" irá continuar, englobando outras instituições até agora não atingidas por denúncias de corrupção e desmandos. Segundo ele, o processo de depuração que começou com a CPI do Collor desaba agora sobre o Congresso porque havia um conluio entre Executivo e Legislativo. E ao sus-

tentar prognósticos negativos sobre novas denúncias ainda por pipocar na imprensa, o deputado defendeu uma proposta ainda mais ousada do que a cassação de mandatos de parlamentares antes do término da CPI. Em sua opinião, o Brasil está necessitando de outro modelo institucional.

Apoios — Apesar do sinal vermelho dado pelo relator Roberto Magalhães que não concorda com a cassação de mandatos antes da elaboração do relatório final, Lázaro Barbosa conta com simpatizantes. O líder do PT, deputado Vladimir Palmeira (RJ), se disse favorável a exemplo de outro petista, José Dirceu (SP), que acredita que a proposta não terá dificuldade para ser aprovada pela totalidade da bancada de seu partido.

Outro também favorável é o líder dos tucanos, deputado José Serra (PSDB-SP). Ele, contudo, fez questão de ressaltar que a cassação — antes do final da CPI — terá que vir sustentada por um relatório com provas suficientes sobre a quebra do decoro parlamentar. "Nessas circunstâncias, eu também sou a favor da proposta", explicou Serra, que, pelas declarações do outro tucano, Sigmaringa Seixas, ainda terá que convencer sua bancada sobre a proposta de Lázaro Barbosa.

Imagem pública — Mas ainda que a proposta do deputado goia-

no não vingue na Comissão Parlamentar de Inquérito, certos p a r -
lamentares, citados nos depoimentos já prestados na CPI, não terão uma vida política muito longa. Dentro do PMDB, por exemplo, há um consenso generalizado entre figuras importantes do partido de que tanto o deputado Genebaldo Correia (BA) quanto o senador Mauro Benevides (CE) estão com suas imagens públicas irremediavelmente fragilizadas junto ao eleitorado. O escândalo da Comissão de Orçamento, na opinião de políticos, "deve" comprometer ainda a vida pública de Manoel Moreira (SP) e de Cid Carvalho (MA).

Mas ainda que a CPI não consiga reunir provas materiais que sustentem um pedido de cassação de mandato político, no entender dos mesmos parlamentares, a pressão da opinião pública será um algoz ainda mais efetivo do que uma punição que venha a ser formalizada pelo relatório final da CPI. Como exemplo, lembraram o deputado Gustavo Faria, ex-presidente do Instituto de Previdência do Congresso. Depois de ter dado um rombo nas contas do IPC, Gustavo Faria renunciou ao mandato antes mesmo de ser cassado formalmente. Nas eleições seguintes, Faria tentou se reeleger, mas foi cassado, desta vez, pelo eleitor que preferiu votar em algum candidato sem a picha de corrupto.